

Antropologia da política: surgimento, possibilidades de análise e recursos metodológicos para o estudo do poder e da política

**Mayara Silva Nascimento
Francisco Emanuel Silva Meneses Alves
Lídia de Oliveira Matos**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo oferecer um relato das principais contribuições da antropologia da política para o estudo da temática relacionada ao poder e a política. Destarte, utiliza-se como pergunta norteadora desta análise a seguinte: Como as ciências sociais têm tratado da temática do poder e da política em suas produções? Desse modo, realizou-se uma breve revisão de literatura que abordou os estudos que tratam das problemáticas que dizem respeito às dinâmicas, práticas, formas, concepções, processos e condições de poder e de política. Assim, o primeiro tópico do artigo consiste numa discussão sobre como as ciências sociais têm tratado dessa temática e como a antropologia incorporou-a em suas análises. A partir disso, podemos perceber que a investigação antropológica da política concentra-se não no isolamento de temas e fenômenos, mas sim no seu entrelaçamento, em suas relações com as demais dimensões de uma determinada sociedade. Já o segundo tópico diz respeito ao uso da etnografia como recurso metodológico importante para as análises sobre o poder e a política e, mais especificamente, para a análise das diferentes concepções de política. Como conclusão, o que se pode extrair dessa análise é que a antropologia da política configura-se como uma importante vertente de análise referente às configurações de poder e de política na medida em que auxilia na compreensão do sentido, da vivência, dos símbolos e do exercício da política, partindo da visão do próprio indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia; Poder e Política; Concepções de Política.

1. Introdução

As formas de poder e de política são discutidas desde o início da filosofia com a teoria substancialista de Hobbes e com a teoria subjetivista de Locke. Nas ciências sociais, estudos travam um embate constante sobre o que se pode chamar de política e de poder, criando alguns modelos que tendem a pensar as configurações políticas de forma dicotômica. Na antropologia, em específico, esta diferenciação e burocratização são substituídas por uma imbricação das terminologias. Esta imbricação passa a conjecturar sobre as dinâmicas de poder e de política a partir de uma lógica própria: a lógica do próprio nativo.

Nesse contexto, a antropologia política surge na tentativa de compreender sociedades que possuem sistemas políticos complexos; assim como propõe uma reflexão sobre a essência do poder e dos modos de dominação (DONEGANI, 2006;

HEUSCH, 2006). Autores, a exemplo de Donegani (2006), defendem que esta vertente traz como contribuição a reflexão sobre a essência da política em si, de sua multiplicidade e das formas simbólicas, das práticas de governo. Dessa forma, Latour (1994) elabora uma crítica à constante divisão que há entre as áreas do conhecimento e a separação dos interesses políticos e de poder dos indivíduos, e propõe o reestabelecimento desta simetria. Assim, uma maneira de romper com o pensamento dicotômico é pensar um modelo de imbricação como um modelo de pragmatismo.

Desse modo, as vertentes que tratam da temática do poder e da política são diversificadas, assim como suas perspectivas, conceitos e metodologias. Destarte, o presente artigo advém de uma tentativa de entender os paradigmas analíticos e conceituais que norteiam a discussão nas ciências sociais sobre o estudo do poder e da política. Utiliza-se como pergunta norteadora desta análise a seguinte: *Como as ciências sociais têm tratado da temática do poder e da política em suas produções?*

O cerne do presente artigo é elaborar um levantamento das discussões que giram em torno da temática do poder e da política, ou seja, será realizada uma revisão de literatura que analisará os estudos que tratam das problemáticas que tangem às dinâmicas, práticas, formas, concepções, processos e condições de poder e de política. Assim, o artigo está dividido em um primeiro momento que será realizado o quadro analítico dos principais estudos que tratam desta temática e um segundo momento em que será discutido o uso da etnografia como recurso metodológico utilizado para a análise de grupos detentores de algum modo de dominação.

Espera-se, com isso, oferecer uma espécie de “mapa” sobre as discussões em torno do poder e da política e como a antropologia da política tem tratado deste tema. Vale lembrar que a preocupação com estes dois temas não é recente, portanto, cabe aqui elaborar um relato deste enfoque. Trata-se, essencialmente, de aperfeiçoar nossos métodos e técnicas de coleta e análise de dados predominantemente etnográficos da política, bem como diferenciar o “ser” do “dever ser”, de maneira que possamos aprender a disciplinar nosso olhar sobre estas práticas evitando julgamentos de valor e conclusões precipitadas a respeito de nossos relatos e observações.

2. Discussão teórica e conceitual: chefia, modos de dominação, poder e política

Segundo Heuch (2006), a antropologia da política tem seu surgimento a partir do famoso livro “Sistemas Políticos Africanos”, de 1940. Nesse, E. Evans-Pritchard e Meyer Fortes oferecem a proposta de um novo sistema de classificação para a investigação de sociedades tidas como complexas em seus sistemas políticos. Vale destacar aqui que estas tipologias estão relacionadas, por um lado, a sociedades sem Estado, caracterizadas por um modo de dominação baseado na chefia, e, por outro, a sociedades complexas caracterizadas pelo alto grau de burocratização e diferenciação do Estado.

O trabalho de Firth (2011) sobre o sistema político em Tikopia também tem sua importância para a análise sobre o poder e a política. O referido estudo traz, como característica principal do sistema político em Tikopia, a sucessão dos papéis de chefia. Segundo Firth (2011), para que esta sucessão aconteça são necessárias quatro qualificações, a saber: lealdade à constituição, capacidade de administrar, virtude e justiça. Contudo, a eleição do novo chefe é realizada a partir da proclamação do povo e significa uma transformação abrupta na condição de vida de quem antes era apenas um homem do povo. O que há de mais interessante neste sistema político é o fato de que o poder de lançar um candidato parte dos chamados “fazedores de reis”, aos quais detêm o papel principal nas eleições. Nesse caso, percebe-se que a sucessão à chefia, caracterizada como um processo de substituição de poder consentida pelo povo, é tida como o sistema político básico em Tikopia. Utilizando-se este estudo como referencial, verificamos que ele pode nos auxiliar na análise referente ao poder e a política na medida em que possibilita compreender o processo de sucessão de um chefe, os meios pelos quais chegou ao poder, o jogo de sentido promulgado, bem como seus modos de atuação.

Já o trabalho do estruturalista francês Clastres (1990) elabora uma importante argumentação de que a sociedade tem o poder de dirigir o Estado, contudo existe um paradoxo. O autor aborda o relato de um chefe indígena sem poderes perante sua tribo. O que ocorre, na verdade, é que mesmo com privilégios, a exemplo da poliginia, o chefe deve abdicar de algumas habilidades para que possa estar submetido às obrigações enquanto chefe. Este último, neste caso, não consegue se constituir enquanto esfera política separada do Estado; está aí o fato de não deter o poderio e ser impedido pela sociedade de exercê-lo (CLASTRES, 1990). O fato de as tribos primitivas ou sem

Estado se constituírem como tal – contra o Estado – justifica-se pelos mecanismos culturais que refutam a construção de grupos dominantes. O que pode-se extrair deste estudo para uma análise mais geral sobre a temática aqui apresentada diz respeito ao modo como o autor se refere às sociedades indígenas. O fato das referidas sociedades não reconhecerem o poder político, até então baseado na coercitividade, não quer dizer que essas sejam desprovidas de Estados, mas caracterizam-se como sociedades que estão contra o Estado (CLASTRES, 1990). Além disso, o texto esboça uma crítica ao fato de as formas de classificação dessas sociedades serem feitas baseadas em conceitos ocidentais que são imbricados na economia e na escrita, por exemplo.

No que tange às estruturas de dominação, Bourdieu (2002), em seu texto intitulado “Modos de dominação”, contribui para a análise sobre as formas de poder e de política na medida em que oferece um apanhado sobre os modos de dominação nas sociedades desprovidas de Estado, formas elementares, bem como sobre a conversão de capital econômico em capital simbólico. Assim, toda forma de capital (relação direta) reside em um grau de objetivação, que segundo o autor supracitado:

A objetivação garante a permanência e a cumulatividade das aquisições, tanto materiais como simbólicas, que podem assim subsistir nas instituições sem que os agentes precisem recriá-las, de forma contínua e integral, por uma ação expressa; mas, como os lucros das instituições são objeto de uma apropriação diferencial, ela assegura também, inseparavelmente, a reprodução da estrutura da distribuição do capital que, sob suas diferentes espécies, é a condição desta apropriação e, ao mesmo tempo, a reprodução da estrutura das relações de dominação e dependência (BOURDIEU, 2002, p. 193).

A literatura tem mostrado que o fenômeno da dominação é geral, ou seja, existe em qualquer sociedade. Desde Weber que a dominação é tida como uma forma legítima de violência (o exercício do poder sem a utilização da força), mas que é oferecida sempre como uma forma de “não dominação”. O Estado é tido como um modelo de relação indireta, pois seus contatos não são realizados face a face e o campo político que o norteia caracteriza-se como relações objetivadas em que é possível datar e delimitar fronteiras.

Concomitantes aos estudos que tratam dos modos de dominação estão aqueles sobre a inserção social. Por exemplo, o trabalho de Landé (1977), de título “Política de Grupo e Política Diádica: notas para uma teoria” defende que existem duas formas de relações sociais que podem ser predominantes nos processos de mediação política.

Essas formas de relações sociais são: *grupos corporados* e *alianças diádicas*. A primeira forma caracteriza-se por agregar diferentes membros que são detentores de objetivos e deveres intrínsecos ao grupo, já a segunda possui um grupo caracterizado pela relação entre o patrão e o cliente, ocorrendo alianças entre pessoas de status diferentes, fazendo com que os indivíduos acionem outros que fazem parte de sua rede. Porém, nenhum desses modelos funciona de forma pura, pois nenhuma relação social funciona como tal (LANDÉ, 1977).

Nesta mesma perspectiva, Merklé (2011), destaca que a análise das redes sociais deve abordar a relação entre os indivíduos e suas regularidades que influenciam seus comportamentos. Nessa lógica, as redes sociais são unidades que são formadas por indivíduos, associações, ou até mesmo grupos informais que interagem socialmente das mais diversas formas. Essas interações sociais são mediadas pelas instituições, acarretando em uma relação de clientelismo.

Já o texto intitulado “E se falássemos um pouco de política?” (2004), de Bruno Latour, elabora uma crítica sobre a eficácia da palavra “política” e defende a necessidade de uma genealogia da política. Entende-se que a palavra política “*não pode se superpor a uma esfera nem a um domínio particular: aqueles da vida ou dos sujeitos políticos, aqueles dos homens e das mulheres políticas [...]*” (LATOURE, 2004, p. 20). O referido estudo ajuda-nos a entender como é constituído o regime de enunciação da política (a política como heterogênea) e a crise de representação (comparação entre o choque da moral com o cenário político). Em síntese, o regime de enunciação da política consiste no “fazer existir” algo que não existia. Além disso, permite-nos pensar a partir de uma mudança ao pensar o cenário político; pensar a política deve ser feito da mesma forma que pensar um cenário religioso e científico, ou seja, pensar a partir da própria sociedade. Nesta perspectiva, Latour (2004), corrobora com a temática aqui apresentada na medida em que seu estudo auxilia no entendimento sobre a palavra política e sobre o processo de representação política que pode servir de análise para grupos dirigentes, por exemplo.

Distanciando-se de questões mais gerais sobre estudos que tratam sob diferentes óticas a respeito da chefia, dos modos de dominação, de representação política e sobre o que, de fato, significa a política, cabe neste tópico elencar como a política passou a ser

objeto de estudo para a antropologia, fazendo surgir uma nova vertente de estudos nas ciências sociais.

Assim sendo, Donegani (2006), oferece um importante apanhado de como surge a antropologia da política. Segundo ele, a princípio, a ciência política ganha legitimidade nas ciências sociais quando rompe com alguns juízos normativos, já a antropologia, nesse momento, ainda encontrava-se na tentativa de descobrir as condições da sociedade ideal. Portanto, diante do fato de a política representar um processo intrínseco à sociedade é que a antropologia da política propõe a necessidade de um olhar mais atento para a essência do poder, da dominação; numa maneira de legitimar-se enquanto disciplina, cumprindo alguns requisitos teóricos necessários na ciência política. Porém a autora ressalva que na relação entre a antropologia e a política deve se atentar para as posturas de pesquisa, epistemologia e influência. Desse modo, o aludido estudo traz a contribuição de que é possível realizar estudos sobre instituições e práticas políticas que levem indivíduos a ocupar cargos no governo, assim como elaborar estudos sobre a diversidade de pensamento e formas simbólicas de dominação.

Já Balandier (2006), apresenta uma interessante análise na tentativa de entender a política e o poder a partir da diversidade de suas realizações, expressões, simbolizações e práticas. O texto expõe um contexto histórico em que existe uma forte relação entre os teóricos políticos e os antropólogos da política a partir da década de 1950, oferecendo o que chamaram de “renovação do conceito de sistema político e de ação política”. Além disso, uma forma de legitimação da antropologia da política encontra-se na interpretação baseada nas práticas, implementações e princípios que legitimam o poder.

Ainda, segundo o estudo citado acima, a partir de 1950 houve uma ascensão das análises, fazendo com que as teorias fossem reformuladas ou até mesmo formuladas. Este marco está caracterizado pelo livro “Sistemas Políticos Africanos”, momento em que antropologia política ganha notoriedade ao mesmo tempo que mantém a divisão entre as sociedade de “Estado” e as sociedades “apátridas” (BALANDIER, 2006). Em suma, de acordo com este estudo, a antropologia da política corroborou, além das interpretações formais, para o entendimento de que existe uma política de “Estado puro”, que independe do que está fora ou dentro.

Partindo de uma lógica mais geral, Bezerra e Comeford (2012), enfatizam que a antropologia passou a utilizar a abordagem da política numa tentativa de compreender como os atores sociais entendem e experimentam a política, assim como o fato de a sociedade e as relações sociais estarem diretamente ligadas às relações de poder. Contudo, no que tange aos estudos da política, a antropologia dá sua contribuição na medida em que consegue explicar como a política é para um determinado grupo em um contexto social específico, ou seja, o que a política representa e significa para este (BEZERRA; COMEFORD, 2012). A contribuição deste estudo reside no fato de que é possível analisar como os grupos que estão na política pensam deles próprios e como a política é recortada de acordo com cada comunidade.

Já Schemeil (2006), apresenta um importante estudo que aborda como a etnologia auxilia demasiadamente nas análises sobre os sistemas de classificação, e no que tange a análise sobre o poder isso não é diferente. Para a autora, o poder, por um lado, pode ser muito menor quando envolve a política, e por outro lado, pode ser maior quando se refere ao espaço da sociedade. Ademais, o referido estudo trata de como a antropologia da política foi capaz de dar conta de focar a realidade da natureza humana e a realidade da cultura. Defende que em qualquer sociedade, mesmo aquelas chamadas de “primitivas” ou “sem Estado”, a política sempre exerceu uma função essencial de decisão. E enfatiza que a principal diferença entre a ciência política e a antropologia da política está na literatura, pelo fato de que a antropologia da política se pretende a transformar o exótico em familiar, já a ciência política tenta fazer o exercício inverso (SCHEMEIL, 2006; COHEN, 1979).

Mis en perspective comparative longue, le pouvoir est moins grand qu'on ne le croit là où il est censé s'exercer (en "politique"); il est plus grand qu'on ne l'imagine en dehors de cet espace restreint (dans la société). Le dire ainsi, ce n'est pas forcément reconnaître la coupure que les fondateurs de l'anthropologie politique semblent tenir pour acquise lorsqu'ils constatent que "l'existence politique ne repose pas avant tout sur l'existence de l'État". Je ne crois pas que l'on progresse beaucoup en réservant l'étude des sociétés étatiques aux politistes, et celle des sociétés sans État aux ethnologues. Moins encore, en spécialisant les premiers dans tous les phénomènes concernant les institutions civiques (la "*civitas*" de Turner), et les seconds dans le lien social (la "*societas*"). Ce qui est important, c'est l'égalité possible chez tous les peuples d'une *communauté politique* qui maintienne ensemble des participants dont les intérêts et les intentions se distinguent voire se contredisent, mais pas au point de se séparer. Un regard jeté depuis l'ethnologie perçoit justement la politique

comme une affaire de coordination plus que de coercion (SCHEMEIL, 2006, p. 52).

De modo geral, no que concerne à já citada anteriormente “Antropologia da Política”, uma antropologia onde os fenômenos políticos são tomados como dados etnográficos. Podemos dizer que esta é uma sub-área da Antropologia, que não tem como objetivo criticar as práticas políticas, mas compreendê-las, bem como compreender os significados que os atores dão às suas práticas (KUSCHNIR, 2000, 2007; MARQUES et. al, 2007). Ela privilegia o conceito de Cultura Política de forma que enfatiza a cultura como um conceito antropológico, neste caso como uma rede de significados que dá sentido a percepção da realidade. Já a palavra “política” compõe o conceito apenas reforçando o fato de que se trata de valores e práticas presentes na esfera das atividades políticas, no sentido institucional do termo (eleições, representação parlamentar, organização partidária, funcionamento legislativo, etc.) (KUSCHNIR, 1999, 2007).

Em suma, buscou-se neste tópico apresentar, de forma breve, um pouco do que tem se falado sobre o poder e a política na antropologia e nas perspectivas weberiana e bourdiesiana. A antropologia incorporou a temática e a análise da política em seus estudos, originando a vertente da antropologia da política. Como foi exposto, a discussão sobre o poder e a política envolve muitas questões que perpassam, entre outras, a análise sobre os modos de dominação, da sucessão à chefia, da chegada ao poder e das redes de relação.

3. Etnografia: um recurso metodológico viável para a análise do poder e da política

Como é conhecido, a etnografia é um recurso metodológico muito utilizado na antropologia e em suas subáreas. Grosso modo, esse recurso metodológico tem o objetivo de descrever através, principalmente, da observação e das entrevistas, alguma relação, configuração, grupo social, enfim, algum fenômeno social.

De acordo com o que já foi trabalhado no tópico anterior deste artigo, a antropologia incorporou a política em suas análises numa tentativa de compreender como os indivíduos vivenciam, entendem e experimentam a política. Diante disso, o presente tópico tem a pretensão de elaborar uma breve discussão de como a etnografia

configura-se como um recurso metodológico capaz de dar conta de operacionalizar a análise sobre as configurações de poder e de política.

Nesse sentido, cabe inicialmente conceituar o que aqui se entende por etnografia. Cefai (2010) caracteriza a etnografia como uma abordagem ou investigação baseada na observação prolongada, contínua ou fracionada de um ambiente, situação, grupo ou até mesmo de uma atividade. Porém, para que isso ocorra existem algumas implicações, a saber: ter livre acesso ao campo, ser aceito pelos que serão observados, necessidade de ganhar confiança e encontrar um lugar (CEFAI, 2010). Complementado essas implicações, é aconselhável seguir alguns princípios de orientação, tais como levar em consideração o ponto de vista do nativo, as concepções de política (recorte, constituição da política), os eventos, agentes, indivíduos, práticas, percepções, além da capacidade de realizar a comparação entre culturas políticas diferentes.

Esclarecido o que significa a etnografia como recurso metodológico na análise sobre o poder e a política, o estudo supracitado ainda traz a contribuição sobre o engajamento etnográfico. Assim sendo, a transição das pessoas que são pesquisadores para um terreno de análise está ligada a um compromisso específico. Fazer etnografia, neste caso, é aderir às classificações e ao *corpus* dos entrevistados; também pode ser realizada concomitante as fases das entrevistas, catalogações de documentos e registros (CEFAI, 2010). Sobre estes últimos (documentos e registros), a etnografia visa apreendê-los nas suas condições sociais de produção, ou seja, o contexto em que foram construídos.

A abordagem antropológica da política privilegia a complementaridade entre o trabalho de campo com observação participante e entrevistas em profundidade, bem como a utilização do método comparativo. É importante também chamar atenção para o cuidado que se deve ter com certas informações obtidas em campo, explicitando como os dados foram obtidos, quais laços sociais foram acionados e evitados, bem como quais acordos foram realizados, refletindo sobre as condições de obtenção e construção dos dados. Alguns trabalhos existentes sobre o assunto, tal qual o de Kuschnir (2007), enfatizam a importância do uso de uma metodologia multi e interdisciplinar nos estudos sobre a política, que considere áreas de estudo como a “sociologia política”, a “ciência política” e a “história política”, unidas a uma perspectiva comparativa para compreender não só as representações e práticas políticas de um grupo específico, mas também as

relações destas com a sociedade mais ampla tomando a etnografia como a contribuição maior de nossos estudos.

Atrelada a esta discussão sobre o engajamento etnográfico, Peneff (2009) elabora uma importante discussão sobre como despertar a observação. O referido autor propõe um exercício que consiste em assistir um filme sem o áudio. Este exercício pode auxiliar no treinamento para a realização do trabalho de observação, pois a partir dele é possível que o pesquisador se livre das razões apresentadas. Contudo, esta não é uma tarefa fácil, mas quando o “ver” é executado, sem a influência da interação verbal, objetiva sinais, atitudes e materializa contextos (PENEFF, 2009). Desse modo, o engajamento, na perspectiva francesa, significa imersão.

Schatz (2009), em seu trabalho intitulado “*Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*”, apresenta uma proveitosa análise sobre como utilizar os métodos quantitativos na disciplina como uma forma de tornar a antropologia da política mais abrangente. Para o autor, a etnografia enquanto recurso metodológico possibilitou um maior contingente de estudos na área da política. De modo geral, esse estudo fornece uma discussão abrangente sobre problemáticas ontológicas e epistemológicas, as dificuldades operacionais das pesquisas que utilizam a etnografia, como a pesquisa etnográfica fornece perspectivas sobre a temática do poder e como esta pode ter um papel central nas análises sobre o poder e a política (SCHATZ, 2009).

Nesta perspectiva, a etnografia configura-se como recurso metodológico importante para a análise do poder e da política e para a vertente da antropologia da política, como um todo. Isso porque permite levantar indagações e respostas sobre os limites e as fronteiras da política, numa tentativa de abandonar as dicotomias correntes. Por essa ótica, a investigação antropológica da política concentra-se não no isolamento de temas e fenômenos, mas sim no seu entrelaçamento, em suas relações com as demais dimensões de uma determinada sociedade. Nestas, os conceitos são desenvolvidos em sua positividade, isto é, através de seu significado concreto para os atores sociais e não em relação a modelos teóricos sobre o fundamento do sistema político (KUSCHNIR, 2000, 2007).

Essa discussão em torno do poder e da política é exposta de forma empírica por Abélès (2000), no estudo em que aborda uma descrição do cotidiano de uma Câmara de

Deputados. O aludido estudo permite o entendimento de como são os sinais, as regras e os diversos procedimentos dentro da instituição governamental, bem como o papel dos representantes de governo, as dinâmicas de negociação, os modos de atuação, entre outros quesitos. Caracteriza a Assembleia como um controle executivo, de natureza deliberativa, e o que o define não é a sua função em si, mas seu modo de operacionalização. O que fica do trabalho de Abélès (2000), é que o uso das entrevistas e da observação, enquanto recursos que levam em consideração o ponto de vista dos atores que são objeto de análise, são centrais para esse tipo de pesquisa. Contudo, o ponto de vista dos atores é central e insubstituível, mas é preciso atenção para que o pesquisador não seja levado pelos discursos desses, é necessário levar em consideração, neste caso, a verdade científica.

Outra análise empírica importante neste tópico do artigo é a de Barreira (1998) sobre as eleições no nordeste do Brasil após o período do Regime Militar. A autora busca compreender, a partir do rito da representação política, as situações, os símbolos, as tipologias, os significados que envolvem a construção do candidato nas eleições. A partir das encenações, o estudo apreende as estratégias, as dinâmicas, os valores no cenário da política e que envolvem o processo eleitoral. Além disso, detém importância na medida em que permite elucidar o pensar sobre as dimensões e os meios pelos quais são “construídos” os políticos, a representação política e, principalmente, as tendências do jogo.

Sobre o posicionamento do etnólogo perante a sociedade, Latour (1994), em um análise que aborda a antropologia simétrica, defende que este profissional deve adotar uma postura “*onde se dividem os papéis, as ações, as competências que irão permitir certa entidade como animal ou material, uma outra como sujeito de direito, outra como dotada de consciência, ou maquinal e outra como inconsciente ou incapaz*” (LATOUR, 1994, p. 21). O que o autor propõe, de certo, é pôr por terra a separação existente entre as ciências e a política. Refere-se à constante divisão que se faz entre as áreas do conhecimento e a separação dos interesses políticos e de poder dos indivíduos. Além disso, Latour (1994, 2004), através de uma crítica de que as ciências não podem tratar a sociedade de maneira hierárquica, mas pensá-la simetricamente, propõe uma espécie de desconstrução de algumas dicotomias, tais como natureza e cultura, ideologia e teoria, moderno e não-moderno. Desse modo, o autor defende, como já dito em outro momento

aqui, que uma das maneiras de se romper com essa dicotomia é pensar um modelo de imbricação/hibridismo que possa dar conta de analisar as configurações políticas (LATOURE, 1994).

O problema de como lidar com o etnocentrismo do pesquisador está no centro das preocupações da antropologia da política. Como fazer para que o pesquisador não leve irrefletidamente para o trabalho de campo as concepções de poder e política em que foi socializado como cidadão? Nossa subdisciplina retoma e enfatiza a importância de “afastar sistematicamente as pré-noções”, como postulava Durkheim (1858-1917), tarefa talvez muito mais difícil quando se trata de estudar um fenômeno como a política em nossa própria sociedade (KUSCHNIR, 2007).

O pesquisador deve refletir sobre as posições e identidades que lhe são conferidas ao longo do trabalho de campo, levando em conta as mudanças de tempo e espaço envolvidas. A posição que o pesquisador ocupa no campo, próximo a determinado político, que muitas vezes é chefe de um grande grupo nem sempre é socialmente positiva, podendo atrair ou afastar certos informantes e facilitar ou dificultar o acesso a determinados dados. O fato de acabar afastando certos informantes pode ser identificado, por exemplo, quando por vezes se explicita em falas e comportamentos um tom defensivo por parte dos “nativos” (KUSCHNIR, 2007).

A política brasileira é frequentemente adjetivada por termos como “Mandonismo”, “Coronelismo”, “Patrimonialismo” e “Clientelismo”, porém no universo da política, existe uma clara distinção entre o mundo ‘de dentro’, ou os ‘bastidores’ e o mundo ‘de fora’ onde se atua para a “plateia”. Por isso, para compreender do “ponto de vista do nativo” práticas muito diferentes daquela que idealizamos, é preciso tratar a própria sociedade nacional e a democracia como sujeita ao exame etnográfico. Desse modo, escapamos da armadilha de considerar os dados em comparação com um modelo político ideal. Passamos a lidar com múltiplas configurações históricas e espacialmente constituídas. É fundamental marcar que essa abordagem é prerrogativa de toda a antropologia e não de certa área da disciplina classificada como “política” (KUSCHNIR, 2007, p.62).

Por serem muitas vezes empregados de modo impreciso, todos esses conceitos apontam para a ideia de que nossas práticas políticas são atrasadas e inferiores. Essa classificação é baseada no princípio de que o modelo ideal de política é aquele encontrado na sociedade industrial e baseado em um sistema de representação de interesses, multipartidarismo e liberalismo, materializado, sobretudo pelas experiências de países da América do Norte e Europa. O clientelismo é um problema do ponto de

vista democrático, pois opera sob o princípio da dádiva, implicando sentimentos de lealdade e empenho individual. Tanto para o político quanto para o eleitor envolvidos, esse tipo de relação política é legítima e positiva, já que o político é visto como o detentor de acessos a serviços públicos fundamentais que, muitas vezes, só podem ser alcançados pela população através de seu intermédio (KUSCHNIR, 2000).

Em síntese, tanto a etnografia como a Antropologia da Política podem nos servir como dois instrumentos fecundos para que possamos compreender as práticas, bem como as concepções relacionadas ao “mundo da política” e superar nossas ideias ligadas à busca/defesa de um modelo teórico ideal de democracia e tentar compreender e não modificar ou condenar nosso objeto de estudo. Nessa perspectiva, Kuschnir (2007) salienta que a *antropologia da política* é uma antropologia em que a política é um dado etnográfico que deve ser analisado com os instrumentos clássicos da disciplina: trabalho de campo, observação participante, entrevistas, a fim de compreender, do “ponto de vista dos nativos”, diferentes visões sobre o mundo da política, o que não é fácil, porém não nos é impossível.

4. Considerações finais

No primeiro tópico, propôs-se um breve apanhado sobre como as ciências sociais têm tratado da temática do poder e da política. Além disso, fez um relato de como a política ganhou espaço nas análises antropológicas fazendo com que se originasse a vertente da antropologia da política. Diante do exposto, os aludidos estudos que foram trabalhados propuseram a importância de uma concentração maior nas análises que envolvam o poder, a política, os modos de dominação, de chefia; além de como os indivíduos, usufruem, experimentam e vivenciam a política. Já o segundo tópico se inclina numa análise que aborda o uso da etnografia nos estudos que envolvem as dinâmicas de poder e de política, e como este recurso metodológico pode ser profícuo em diversas investigações. Em síntese, este segundo tópico trouxe a contribuição de que a abordagem ou investigação baseada na etnografia permite obter o ponto de vista do próprio nativo através da observação contínua ou fracionada de um ambiente, concomitante ao uso das entrevistas e catalogação de documentos.

Em suma, este artigo incidiu numa tentativa de elaborar um apanhado das principais teorias discutidas nas análises em torno do poder e da política. O que se pode

perceber é que, como característica principal, os estudos nesta área são heterogêneos. Assim como expôs um breve panorama das contribuições das principais teorias. A partir deste levantamento foi possível analisar como a vertente da antropologia da política se configurou e ganhou legitimidade em meio às ciências sociais.

Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, M. **Un Ethnologue à l'Assemblée**. Paris, Odile Jacob, 2000.
- BALANDIER, G. Voir ailleurs, pouvoir ici. **Raisons politiques**, n. 22, mai, 2006.
- BARREIRA, I. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
- BEZERRA, M. O.; COMEFORD, J. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. **Mimeo**, 2012.
- BOURDIEU, P. Modos de Dominação. In: BOURDIEU, P. **A Produção da Crença. Contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos**. São Paulo, Zouk, 2002.
- CEFAÏ, D (dir.) **L'Engagement Ethnographique**. Paris, EHESS, 2010.
- CLASTRES, P. A Sociedade contra o Estado. **Pesquisas de Antropologia Política**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990.
- COHEN, A. Antropología política: El análisis del simbolismo en las relaciones de poder. In: LLOBERA, José R (Comp.). **Antropología Política**. Barcelona, Anagrama, 1979, p. 55-82.
- DONEGANI, J. M. De l'anthropologie au politique. **Raisons politiques**, no 22, mai 2006.
- FIRTH, R. Sucessão à Chefia em Tikopia. **Série Tradução**, Brasília: DAN/UnB, Vol. 01, 2011.
- HEUSCH, L. Anthropologie et Science(s) Politique(s). **Raisons politiques**, no 22, mai 2006.
- KUSCHNIR, K. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (Coleção Ciências Sociais passo-a-passo)
- KUSCHNIR, K. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- LANDÉ, C. H. Política de Grupo e Política Diádica: notas para uma teoria. In SCHMIDT, S. W. et al (eds) **Friends, Followers and Factions**. Berkeley, University, 1977.
- LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- LATOUR, B. **Políticas da Natureza: Como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.
- LATOUR, B. Se Falássemos um Pouco de Política? In: **Política e Sociedade**, nº 4, abril de 2004, p. 11-40.
- MARQUES, E. C. L.; ARRETCHE, M.; HOCHMAN, G.; KUSCHNIR, K. Dossiê: métodos e explicações da política. **Rev. bras. Ci. Soc. [S.L.]**. 2007, vol.22, n.64, pp. 140-167. ISSN 0102-6909.
- MERKLÉ, P. **Sociologie des Réseaux Sociaux**. Paris, La Découverte, 2011.

PENEFF, J. Exercices de Perfectionnement. In.: **Le Goût de l'Obsertation. Comprendre et pratiquer l'oservation participante en sciences sociales**. Paris, La Découverte, 2009.

SCHATZ, E. **Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power**. Chicago, University of Chicago Press, 2009.

SCHEMEIL, Y. Une anthropologie politiste? **Raisons politiques**, no 22, mai 2006, p. 49-72.